

# Conselho da Magistratura cria Gabinete de Saúde Ocupacional para promover bem-estar dos juizes

[observador.pt/2024/10/30/conselho-da-magistratura-cria-gabinete-de-saude-ocupacional-para-promover-bem-estar-dos-juizes](https://observador.pt/2024/10/30/conselho-da-magistratura-cria-gabinete-de-saude-ocupacional-para-promover-bem-estar-dos-juizes)

Relatório afirma que juizes são sujeitos a muito stress e têm dificuldade em conciliar vida pessoal e trabalho. Trabalham em média 46 horas semanais e acusam maior desgaste em megaprocessos.



Agência Lusa

O Conselho Superior da Magistratura vai criar um Gabinete de Saúde Ocupacional para promover a saúde e segurança dos juizes, respondendo a uma preocupação crescente a nível europeu e nacional com o bem-estar mental e físico daqueles profissionais.

Uma nota divulgada esta quarta-feira adianta que “esta iniciativa está alinhada com o **direito a condições de trabalho dignas e seguras**, consagrado na legislação nacional e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que defende a proteção da saúde e a adaptação do ambiente de trabalho às necessidades dos trabalhadores”.

Segundo um estudo do Observatório Permanente da Justiça (OPJ) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, “muitos juizes enfrentam **riscos psicossociais significativos, como elevados níveis de stress e dificuldade na conciliação entre a vida profissional e pessoal**, o que torna essencial o reforço de estruturas de apoio como o Gabinete de Saúde Ocupacional (GSO).

O gabinete será composto numa primeira fase por um psicólogo organizacional, que irá coordenar-se com uma empresa externa de medicina do trabalho e os órgãos de gestão dos tribunais, “para **identificar e mitigar riscos profissionais e psicossociais**”.

“O GSO terá como principais funções a análise e melhoria das condições de trabalho, a prevenção de doenças e acidentes de trabalho e o desenvolvimento de ações de formação para a gestão do *stress* e prevenção do *burnout*. Pretende-se que o GSO contribua para a promoção de um ambiente de trabalho mais saudável, com benefícios diretos para a qualidade de vida dos juizes e a eficácia dos tribunais” sublinha o Conselho Superior da Magistratura (CSM).

De acordo com o estudo do OPJ, divulgado o ano passado no encontro nacional da classe, quase 17% dos juizes estão em risco elevado de *burnout*, com consequências como dificuldade em dormir e sintomas depressivos.

Segundo o estudo, os juízes dizem **trabalhar em média 46 horas por semana**, mas em algumas áreas superam as 50, referindo impactos na vida pessoal, levando muitas vezes trabalho para casa, que se prolonga pelo fim de semana e afeta a conciliação com a vida familiar.

Em termos de impacto na saúde, foram identificados níveis de risco em 66,7% dos participantes no critério dificuldade para dormir, em 35,9% no critério *stress* e em 26,2% nos sintomas depressivos.

**Trabalhar em megaprocessos** é o fator que mais contribui para níveis de *stress* funcional muito elevados — 65,8% dos juízes consideram esse trabalho muito stressante — mas processos volumosos, cumprimento de prazos e falta de apoio para conciliar a vida profissional e pessoal também são fatores de *stress* relevantes.

Um outro estudo, impulsionado pela Associação de Juízas Portuguesas, com o apoio do CSM, PGR e da Ordem dos Advogados, refere que os juízes estão mais sujeitos a *stress* profissional do que os advogados e procuradores e recorrem mais a apoio psicológico e psiquiátrico para lidar com o problema, mas também a ansiolíticos, antidepressivos, álcool e drogas.